

PROCESSO SELETIVO 2022/2023 PARA OTT DE DIREITO
ETAPA III – TESTE PRÁTICO
(Segunda Aplicação – 2023)

1ª Parte: Redação, valendo 3 (três) pontos.

a) Sistema de Proteção Social dos Militares.

Proteção Social dos Militares das Forças Armadas é constituída por um conjunto integrado de instrumentos legais e ações permanentes e interativas, que visam a assegurar o amparo social aos militares das FAe seus dependentes, haja vista as peculiaridades da carreira militar, de modo a compensar as limitações que lhes são impostas e o não usufruto de direitos e garantias comuns aos demais cidadãos brasileiros, com o objetivo de possibilitar o pleno exercício da carreira militar.

Embasamento teórico:

a. Constituição Federal:

Art. 142

§ 3º - Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)*.

X - A lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)*.

b. Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980:

Art 50 – A “O Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações, permanentes e interativas, de remuneração, pensão, saúde e assistência, nos termos desta Lei e das regulamentações específicas.”

2ª Parte: Duas questões discursiva, valendo 1 (um) ponto cada uma.

b) O princípio da impessoalidade traz consigo a ausência de marcas pessoais e particulares correspondentes ao administrador que esteja no exercício da atividade administrativa. A pessoa política é o Estado, e as pessoas que compõe a Administração Pública exercem suas atividades voltadas ao interesse público e não pessoal. O princípio da impessoalidade proíbe o subjetivismo. Assim, considerando a necessidade de exemplificar afronta ao princípio da impessoalidade a uma autoridade militar, liste três condutas que afrontam o referido princípio.

A título de exemplo, as seguintes condutas afrontam o princípio da impessoalidade:

- o comandante utilizar produtos de comunicação social para se auto promover.
- houver, por agente público, direcionamento em certame licitatório em favor de terceiros;
- houver privilégio no atendimento de requerimentos de parentes sem observar filas pré-estabelecidas;
- ocorrer o reposicionamento de dependentes em consultas médicas e odontológicas no Fundo de Saúde do Exército; e
- motivar o ato administrativo por critérios pessoais, em vez de critérios técnicos que atendam o interesse público.

c) Considere uma situação hipotética em que um reservista solicita informações pessoais para ingressar com ação judicial na Organização Militar em que o senhor (a) está servindo. Diante de tal situação, como você orientaria o Comando?

Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais, conforme Art 21 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.